

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1 - OBJETO

- 1.1 O presente Projeto Básico tem como objeto a contratação de empresa ou profissional autônomo especializado na prestação de serviços de conservação e restauro de bens móveis para a restauração de um conjunto de telas de obras de arte e de placas metálicas do Ed. Sede do Ministério Público do Estado do Pará, conforme especificações contidas neste Projeto Básico.


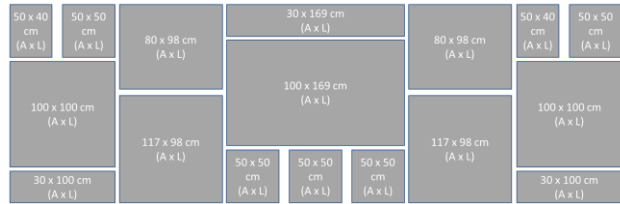
2 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 O objetivo é recuperar e preservar peças do acervo do Ministério Público do Estado do Pará. No caso do conjunto de telas de obras de arte, tratam-se de elementos de valor cultural e histórico de grande relevância, cuja recuperação visa a manutenção da memória e aspectos estéticos originais. No que se refere às placas metálicas, nelas se conta parte do processo evolutivo do Ministério Público, sendo o registro de importantes marcos da consolidação da atuação do órgão ministerial no Estado do Pará.
- 2.2 Para a definição das especificações descritas no item 3 foram consultados profissionais especializados nos serviços, após terem realizado avaliação presencial das peças, os quais auxiliaram a construção do presente documento com características adequadas às necessidades do MPPA.
- 2.3 Destaca-se que os itens especificados foram agrupados em lotes por possuírem características similares entre si e, mesmo que se tratem de objetos de natureza divisível, entende-se que separação dos mesmos poderá incorrer em prejuízo à composição de que fazem parte. Desse modo, torna-se imperativo que cada lote, em sua totalidade, seja realizado pelo mesmo prestador de serviço, garantindo-se a uniformidade técnica dos serviços a serem realizados, que tem por consequência o acabamento das peças apresentadas.


3 - ESPECIFICAÇÕES

- 3.1 A seguir, são listados os itens que constituem este Projeto Básico, acompanhados de suas especificações, imagens ilustrativas, quantidades requeridas, preços estimados unitários e valores totais:

LOTE I – TELAS DE OBRAS DE ARTE				
Item	Especificações técnicas mínimas	Qtd.	Valor Máximo Unitário (R\$)	Valor Total Máximo do Item (R\$)
01	SERVIÇO DE RESTAURAÇÃO DE UM CONJUNTO DE TELAS Autoria: Benedito Melo, artista plástico paraense Ano: 1992 Conjunto composto por 17 (dezessete) unidades de telas: <ul style="list-style-type: none">- 02 (duas) telas de 50 x 40 cm, com pintura monocromática;- 05 (cinco) telas de 50 x 50 cm, com imagens de paisagens da cidade de Belém;- 02 (duas) telas de 100 x 100 cm, com pintura de paisagens da cidade de Belém;- 02 (duas) telas de 30 x 100 cm, com pintura monocromática, uma delas com a assinatura do autor;- 02 (duas) telas de 80 x 98 cm, com pintura de paisagens da cidade de Belém;- 02 (duas) telas de 117 x 98 cm, com pintura de paisagens da cidade de Belém;	1 (um)	37.300,00	37.300,00

	<p>- 01 (uma) tela de 30 x 169 cm, com pintura monocromática;</p> <p>- 01 (uma) tela de 100 x 169 cm, com pintura de paisagens da cidade de Belém.</p>  			
Valor Máximo Global do Grupo I = R\$				37.300,00

LOTE II - PLACAS				
Item	Especificações técnicas mínimas	Qtd.	Valor Máximo Unitário (R\$)	Valor Total Máximo do Item (R\$)
01	<p>SERVIÇO DE RESTAURAÇÃO DE PLACAS METÁLICAS COM MOLDURA EM MADEIRA</p> <p>Placa 01: Inauguração do Edifício Sede Tamanho da placa metálica: 64 cm de largura x 40 cm de altura Tamanho da moldura em madeira (total): 70 cm de largura x 47 cm de altura</p> 	01 (um)	1.400,00	1.400,00

<p>Placa 02: Mensagem sobre o Edifício Sede Tamanho da placa metálica: 80 cm de largura x 55 cm de altura Tamanho da moldura em madeira (total): 87 cm de largura x 62 cm de altura</p> 	01 (um)	1.400,00	1.400,00
<p>Placa 03: Restauração do Edifício Sede Tamanho da placa metálica: 75 cm de largura x 50 cm de altura Tamanho da moldura em madeira (total): 84 cm de largura x 59 cm de altura</p> 	01 (um)	1.400,00	1.400,00
Valor Máximo Global do Grupo II = R\$			4.200,00

OBS. 1: Não serão aceitas propostas para quantidades inferiores às estimadas em cada item.

OBS. 2: Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.

OBS. 3: A proposta apresentada em desacordo com este edital será desclassificada;

OBS. 4: Valor estimado deste certame R\$41.500,00;

4 DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA, RECEBIMENTO E GARANTIA

4.1 Referente ao Lote I, deverão ser realizados, no mínimo, os seguintes serviços:

- 4.1.1 Documentação fotográfica prévia e posterior à realização dos serviços;
- 4.1.2 Retirada, embalagem e transporte das peças para realização dos serviços em local adequado (fora das instalações do Órgão Ministerial);
- 4.1.3 Limpeza e remoção de manchas;
- 4.1.4 Recomposição das partes danificadas e fixação de camadas soltas;
- 4.1.5 Substituição de peças de fixação danificadas / oxidadas;
- 4.1.6 Reentelagem;
- 4.1.7 Recuperação pictórica e retoques necessários;
- 4.1.8 Impermeabilização / aplicação de verniz;
- 4.1.9 Embalagem e transporte de retorno às dependências do MPPA;
- 4.1.10 Instalação do conjunto de telas em seu local original (Recepção do Ed. Sede do MPPA).

- 4.2 Referente ao Lote II, deverão ser realizados, no mínimo, os seguintes serviços:
- 4.2.1 Documentação fotográfica prévia e posterior à realização dos serviços;
 - 4.2.2 Retirada, embalagem e transporte das peças para realização dos serviços em local adequado (fora das instalações do Órgão Ministerial);
 - 4.2.3 Limpeza, tratamento e remoção dos fungos causadores das manchas aparentes nas placas metálicas;
 - 4.2.4 Recomposição dos textos inscritos nas placas;
 - 4.2.5 Limpeza, lixamento e aplicação de verniz nas molduras em madeira;
 - 4.2.6 Substituição de peças de fixação danificadas / oxidadas;
 - 4.2.7 Embalagem e transporte de retorno às dependências do MPPA;
 - 4.2.8 Instalação das peças nos locais indicados pela Fiscalização.
- 4.3 Os serviços deverão ser realizados por profissional técnico especializado, com experiência comprovada por currículo e ou atestado de capacidade técnica, e por meio da utilização dos melhores materiais e técnicas disponíveis para garantir um resultado adequado e sem marcas, resguardando, o máximo possível, as características, a técnica e os materiais das peças originais.
- 4.4 A(s) Licitante(s) Vencedora(s) dos Lotes I e II se comprometem a realizar os serviços no prazo não superior a 05 (cinco) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço.
- 4.4.1 A ordem de serviço será emitida no prazo máximo de 15 dias corridos contados do início da vigência do contrato
- 4.5 A retirada e entrega das peças referentes aos Lotes I e II serão no Edifício Sede do MPPA, situado à Rua João Diogo, nº 100, esquina com a Rua Ângelo Custódio, Cidade Velha, Belém/PA, no horário das 9h às 13h, de segunda a sexta feira, excetos nos feriados e dias facultados, correndo por conta da licitante vencedora todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento.
- 4.6 As datas e horários de retirada e entrega deverão ser comunicados e agendados junto à Divisão de Arquitetura do Departamento de Obras e Manutenção, pelos telefone: (91) 4006-3452/3431 e/ou email arquitetura@mppa.mp.br, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.
- 4.7 As peças deverão ser devolvidas devidamente embaladas com plástico bolha, papelão ondulado ou materiais similares, garantindo a integridade dos itens. Não será aceito material cuja embalagem apresente evidências de ter sofrido danos.
- 4.8 O recebimento do objeto pela FISCALIZAÇÃO se dará em duas etapas:
- 4.8.1 em caráter provisório, em até 05 (cinco) dias úteis, pela Divisão de Arquitetura, para posterior conferência de sua conformidade com as especificações do edital e da proposta. Caso não haja qualquer improbidade explícita, será atestado esse recebimento.
 - 4.8.2 definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento provisório, ocasião em que será feita a instalação, pelo prestador de serviço, das peças nos locais indicados pela FISCALIZAÇÃO.
 - 4.8.3 Na hipótese de ser verificada a impropriedade do material no ato da entrega da execução do serviço, o mesmo será imediatamente rejeitado, no todo ou em parte, a critério da FISCALIZAÇÃO responsável pelo seu recebimento, sendo o prestador de serviço notificado a proceder as correções no prazo máximo de 20 (vinte) dias após a verificação;
 - 4.8.4 Os custos das correções indicadas ocorrerão exclusivamente às expensas da licitante vencedora, sendo vedado à FISCALIZAÇÃO responsabilizar-se pelo encaminhamento dos bens rejeitados;
 - 4.8.5 O recebimento do serviço não exclui a responsabilidade administrativa, civil e penal da empresa por problemas causados durante o uso dos itens adquiridos nem exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da sua utilização.
- 4.9 A Licitante Vencedora, durante a vigência do contrato e até pelo período de 01 (um) ano após a entrega das peças, deverá assegurar garantia dos serviços realizados, comprometendo-se em reparar e corrigir, às suas expensas, a ocorrência de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço e dos materiais e técnicas empregados.
- 4.10 Relativamente, ao disposto nesta cláusula, aplicam-se também, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

5 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1 Sem que a isto limite seus direitos, terá o Ministério Público as seguintes garantias:

- 5.1.1 Receber o serviço de acordo com o que consta neste instrumento, no edital e seus anexos;
- 5.1.2 Devolver o serviço em desacordo com as especificações exigidas no edital, solicitando a realização de adequações ao que se exige neste instrumento.
- 5.2 Sem que a isto limite sua responsabilidade, será o Órgão responsável pelos seguintes itens:
 - 5.2.1 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Licitante Vencedora no prazo estipulado, emitindo Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente aos bens contratados;
 - 5.2.2 Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto do Contrato, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições deste instrumento.
 - 5.2.3 Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, prazos de vigência e entregas, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao Órgão por escrito as advertências e as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta, indicando servidor com competência necessária para proceder ao recebimento dos objetos licitados e atestar as Notas Fiscais após a verificação das especificações, qualidade, quantidade e preços pactuados, acompanhando e fiscalizando a perfeita execução do Contrato.
 - 5.2.4 Indicar servidor com competência necessária para proceder ao recebimento dos objetos licitados e atestar as Notas Fiscais após a verificação das especificações, qualidade, quantidade e preços pactuados, acompanhando e fiscalizando a perfeita execução do Contrato, através da Divisão de Arquitetura.
 - 5.2.5 Cumprir e fazer cumprir o disposto neste instrumento.

6 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 6.1 Sem que a isto limite suas garantias, a Licitante Vencedora terá os seguintes direitos:
 - 6.1.1 Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento;
 - 6.1.2 Receber o atesto do serviço contratado após verificação das especificações;
 - 6.1.3 Receber formalmente a notificação de ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução do Contrato, até para que possa a empresa proceder as correções;
 - 6.1.4 Receber o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento.
- 6.2 Sem que a isto limite sua responsabilidade, será a Licitante Vencedora responsável pelos seguintes itens:
 - 6.2.1 Cumprir fielmente as obrigações assumidas, conforme as especificações do edital, Projeto Básico e Proposta de Preços apresentada pela empresa ou profissional autônomo, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução dos serviços licitados no prazo, no local e horário indicados;
 - 6.2.2 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por ocasião da prestação dos serviços, sem qualquer ônus ao contratante, ressarcindo os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
 - 6.2.3 Manter, durante toda a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório que sejam compatíveis com as obrigações a serem assumidas, cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais vigentes, a regularidade com o fisco, com o sistema de seguridade social, com a legislação trabalhista, normas e padrões de proteção ao meio ambiente e cumprimento dos direitos da mulher, inclusive os que protegem a maternidade, sob pena da rescisão contratual, sem direito a indenização conforme preceitua o art. 28 §º da Constituição do Estado do Pará, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa, apresentando sempre que exigido os comprovantes de:
 - 6.2.3.1 **Regularidade Fiscal** com a Fazenda Nacional, o Sistema de Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

- 6.2.3.2 **Regularidade Fiscal** perante as Fazendas Estaduais e Municipais da sede da licitante;
- 6.2.3.3 **Regularidade Trabalhista**;
- 6.2.3.4 **Cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal/88** (trabalho de menores de idade, observada a Lei nº 9.854/1999);
- 6.2.3.5 Observar a Resolução n.º 172/2017-CNMP que altera o artigo 3º, caput, da Resolução CNMP n.º 37/2009 e veda ao Ministério Público a contratação das pessoas jurídicas que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;
- 6.2.2.5.1. A vedação do item 6.2.2.5 não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade;
- 6.2.2.5.2. A vedação do item 6.2.2.5 se estende às contratações cujo o procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
- 6.2.2.5.3. A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório;
- 6.2.4 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sendo que a inadimplência da Licitante Vencedora, com referência aos encargos estabelecidos neste subitem não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do Ministério Público, nem poderá onerar o objeto deste instrumento, razão pela qual a Licitante Vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Ministério Público;
- 6.2.5 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por ocasião da entrega dos objetos no local indicado, incluindo os possíveis danos causados por transportadoras, sem qualquer ônus ao Contratante;
- 6.2.6 A Licitante Vencedora é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste instrumento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de materiais empregados, ressarcindo os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- 6.2.7 Responsabilizar-se por tudo o que envolve a prestação do serviço contratado, bem como pelos encargos, transportes, carga, descarga, taxas, impostos e outras despesas diretas ou indiretas necessárias ao fornecimento do objeto;
- 6.2.8 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Ministério Público, durante o prazo do Contrato, credenciando junto ao Órgão um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do Contrato;
- 6.2.9 Informar o Órgão de qualquer alteração necessária à consolidação dos ajustes decorrentes do Contrato, tais como: mudança de endereço, telefone, fax, dissolução da sociedade, falência e outros;
- 6.2.10 Quando por problemas técnicos os prazos citados no Edital e Projeto Básico não puderem ser cumpridos, a Contratada deverá comunicar por escrito ao Contratante até 05 (cinco) dias úteis anteriores ao término do prazo estabelecido para a execução do serviço, ao qual caberá aceitar ou rejeitar as justificativas. Tal comunicação deverá ser encaminhada mediante documento endereçado à Subprocuradoria Geral de Justiça – Técnico Administrativa, onde deverão conter, obrigatoriamente: número do Edital, data de recebimento da nota de empenho, data do término previsto para a execução, motivos da solicitação de prorrogação de prazo e prazo de prorrogação;

- 6.2.10.1 A justificativa com a solicitação de prorrogação, contendo novo prazo para execução do serviço, deverá ser protocolizada no Protocolo do Ministério Público do Estado do Pará, localizado no Ed. Sede do Órgão, Rua João Diogo, nº 100 – Cidade Velha, no horário de 8h às 17h, de segunda a sexta feira, exceto feriados e dias facultados, ficando a critério da Fiscalização do Contrato a sua aceitação.
- 6.2.11 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente instrumento, sem prévia e expressa anuência do Ministério Público;
- 6.2.12 Aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos estimados, nos limites previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- 6.2.13 Agendar com o gestor a entrega das peças com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, visando a guarda antecipada de local para estacionamento;
- 6.2.14 Não se pronunciar em nome da CONTRATANTE, inclusive em órgãos de imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos à atividade dela, guardar sigilo absoluto quanto a quaisquer informações obtidas da CONTRATANTE em decorrência do Contrato, bem como não divulgar ou reproduzir quaisquer documentos, instrumentos normativos e materiais encaminhados pela CONTRATANTE;
- 6.2.15 Não utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de prestador de serviços, em qualquer forma de divulgação de suas atividades, tais como cartões de visita, anúncios, impressos ou qualquer outro tipo de propaganda;
- 6.2.16 Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços objeto do Contrato. Fica, desde logo, convencionado que a CONTRATANTE poderá descontar, de qualquer crédito da CONTRATADA, a importância correspondente a eventuais pagamentos dessa natureza, que venha a efetuar por imposição legal;
- 6.2.17 Cumprir todas as leis e instrumentos normativos reguladores da sua atividade empresarial, bem como satisfazer, às suas próprias expensas, todas e quaisquer exigências legais decorrentes da execução do Contrato;
- 6.2.18 Assumir-se, para todos os fins e efeitos jurídicos, como única e exclusiva responsável por seus empregados, preposta e ou prestadores de serviços, afastada a CONTRATANTE, em todas as hipóteses, de qualquer responsabilidade fiscal, trabalhista, comercial, civil, penal, administrativa e previdenciária pelos contratos firmados pela CONTRATADA;
- 6.2.19 Cumprir as orientações do Fiscal do Contrato;
- 6.2.20 Não suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto;
- 6.2.21 Não atrasar na implantação de medidas corretivas exigidas pela fiscalização do Contrato o ou na execução de outras obrigações contratuais;
- 6.2.22 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 6.2.23 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 6.2.24 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual -EPI, quando for o caso;
- 6.2.25 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão a Instituição para a execução do serviço;
- 6.2.26 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 6.2.27 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 6.2.28 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo Contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 6.2.29 Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pelo pagamento de remuneração dos profissionais utilizados na execução dos serviços, transporte e alimentação, assim

como por todos e quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários e recolhimento de tributos incidentes;

- 6.2.30 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;
- 6.2.31 Quaisquer inadimplências referentes aos encargos estabelecidos nas condições anteriores não transferem a responsabilidade por seu pagamento a CONTRATANTE, nem podem onerar o objeto do Projeto Básico, ou do contrato futuro, razão pela qual a CONTRATADA deve renunciar expressamente, a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a CONTRATANTE;
- 6.2.32 Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- 6.2.33 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- 6.2.34 Submeter a CONTRATANTE os serviços prestados, à qual caberá o direito de recusa, caso não estejam de acordo com o especificado;
- 6.2.35 Disponibilizar uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes;
- 6.2.36 Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade do serviço prestado, fornecendo tudo de acordo com as Especificações Técnicas;
- 6.2.37 Indicar preposto para dirimir dúvidas e receber reclamações, bem como ser responsável pelo recebimento de empenhos, documentos e agendamentos de entrega;
- 6.2.38 Cumprir as demais obrigações exigidas neste instrumento.

7 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1 O pagamento será efetuado pelo Departamento Financeiro do Ministério Público no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, no Banco: xxxx, Agência nº. xxxx, Conta Corrente nº. xxxx, salvo atraso na liberação de recursos pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, contados da data do atesto na nota fiscal pelo FISCAL, o qual observará as especificações exigidas no Edital e Projeto Básico.
- 7.2 O pagamento dos fornecedores de bens e prestadores de serviços dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Pará somente será efetuado mediante crédito em conta corrente aberta no Banco do Estado do Pará S/A – BANPARÁ, conforme Decreto Estadual nº 877, de 31/03/2008.
- 7.2.1 Caso o prestador não possua conta no banco BANPARÁ, será cobrada pelo Banco taxa referente ao DOC/TED, sendo o valor desta taxa automaticamente descontado no valor depositado para pagamento da prestação do serviço.
- 7.3 A Licitante Vencedora deverá encaminhar, junto com a nota fiscal, os seguintes documentos:
 - 7.3.1 Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União;
 - 7.3.2 Certidão negativa de débitos relativos às Contribuições Previdenciárias;
 - 7.3.3 Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
 - 7.3.4 Certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
 - 7.3.5 Certidão negativa de débitos com a Fazenda Estadual;
 - 7.3.6 Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal.
- 7.4 O atesto da nota fiscal será efetuado no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis contados do recebimento definitivo do material pelo responsável pela Fiscalização no local anteriormente mencionado.
- 7.5 A nota fiscal que contiver erro será devolvida à Licitante Vencedora para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal corrigida.

8 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 8.1 Será designado servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

9 - PENALIDADES

- 9.1 **ADVERTÊNCIA:** Advertência pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução dos compromissos assumidos ou na sua conclusão e não traga sérios prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão;

9.2 MULTA

- 9.2.1 De 0,1% ao dia até o limite máximo de 1,5%, sobre o valor total do lote, nos casos de atraso injustificado nos prazos de:
 - 9.2.1.1 Assinatura do Contrato;
 - 9.2.1.2 Retirada/aceite da nota de empenho.
- 9.2.2 Após o 15º dia de atraso do prazo previsto para assinatura do contrato, retirada da nota de empenho, sem justificativa aceita pela Administração, o objeto será considerado como inexecutado;
- 9.2.3 De 0,1% ao dia até o limite máximo de 1,5%, sobre o valor total da respectiva nota de empenho, nos casos de atraso injustificado nos prazos de:
 - 9.2.3.1 **Entrega** do objeto licitado;
 - 9.2.3.2 **Reparo** do objeto licitado.
 - 9.2.3.3 **Garantia e assistência técnica**.
- 9.2.4 Após o 15º dia de atraso do prazo previsto para entrega e reparo do objeto licitado, sem justificativa aceita pela Administração, o objeto será considerado como inexecutado;
- 9.2.5 De 15%, sobre o valor total do lote adjudicado, nos casos de:
 - 9.2.5.1 Recusa injustificada em assinar o Contrato, se configurar inexecução total;
 - 9.2.5.2 Recusa injustificada em retirar/aceitar a nota de empenho, se configurar inexecução total;
 - 9.2.5.3 Recusa injustificada na **entrega** do objeto contratado, se configurar inexecução total;
 - 9.2.5.4 Recusa injustificada em **realizar reparo** no objeto contratado, se configurar inexecução total;
 - 9.2.5.5 Recusa injustificada em prestar a **garantia e assistência técnica** do objeto contratado, se configurar inexecução total.
 - 9.2.5.6 Outras hipóteses de inexecução total do objeto.
- 9.2.6 De 10%, sobre o valor total da respectiva nota de empenho, nos casos de:
 - 9.2.6.1 Recusa injustificada em retirar/aceitar a nota de empenho, desde que configure inexecução parcial do objeto.
 - 9.2.6.2 **Entrega** parcial injustificada dos objetos licitados;
 - 9.2.6.3 Não **realização de reparo** injustificada de objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução parcial do objeto;
 - 9.2.6.4 Não prestação da **garantia e assistência técnica** injustificada de objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução parcial do objeto.
- 9.2.7 De 5% sobre o valor total da respectiva nota de empenho nos casos de irregularidade no cumprimento do objeto, não referidas nos itens anteriores.
- 9.2.8 As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;
- 9.2.9 A multa ou a diferença será cobrada administrativamente pela Contratante, podendo ser descontado dos créditos devidos, ou ainda judicialmente.

9.3 SUSPENSÃO

- 9.3.1 Nos casos de inexecução total ou parcial ou irregularidade não justificada e/ou não aceita pela administração, aplicar-se-á Suspensão Temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Ministério Público do Estado do Pará, pelo período de até 02 (dois) anos, na seguinte graduação:
 - 9.3.1.1 1 (um) ano, nos casos de inexecução parcial não justificada e/ou não aceita pela Administração ou irregularidade na execução;
 - 9.3.1.2 2 (dois) anos, nos casos de inexecução total não justificada e/ou não aceita pela Administração.

9.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

- 9.4.1 No caso de inexecução do objeto que configure ilícito penal, será declarada a inidoneidade da Licitante Vencedora para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 10.1 Caso o contratado não possua conta no Banco do Estado do Pará S/A – BANPARÁ, será cobrada uma taxa estipulada por este Banco referente ao DOC.
- 10.2 As empresas licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente à presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos, sendo responsabilidade da Contratada a execução do serviço empenhado, bem como os encargos, transportes, carga, descarga, taxas, impostos e outras despesas necessárias ao fornecimento do objeto/execução do serviço.
- 10.3 Não será admitida reivindicação de alteração dos preços unitários ou global sob alegações tais como perdas não consideradas de materiais, projetos incompletos ou insuficientemente detalhados, quantitativos incorretos, dificuldades em entrega de materiais especificados no prazo, entre outros.
- 10.4 A Licitante Vencedora deverá estar regularizada quanto à emissão de nota fiscal de acordo com sua legislação estadual.
- 10.5 O julgamento das propostas de preços apresentadas para o objeto deste Projeto Básico será realizado pelo critério de menor preço por lote.
- 10.6 Qualificação Técnica:
- 10.6.1 Atestado de Visita Técnica: emitido pela Divisão de Arquitetura do Departamento de Obras e Manutenção DOM/MPPA, localizada à Rua João Diogo, nº 100, 2º andar, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação. As telas e placas metálicas que compõem os Lotes I e II, respectivamente, encontram-se na Recepção do Edifício Sede do MPPA, em endereço mencionado acima.
 - 10.6.1.1 Esta vistoria é considerada suficiente para que a licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.
 - 10.6.1.2 As visitas deverão ocorrer de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 9h às 13h, e poderão ser previamente agendadas pelo telefone (91) 4006-3452 / 3431, ou pelo email arquitetura@mppa.mp.br.
 - 10.6.2 Atestado de Capacidade Técnica ou Curriculum Vitae, acompanhado de todos os documentos comprobatórios (contratos, imagens, declarações, contatos telefônicos e email de contratantes, entre outros) assegurando a prestação de serviços de natureza compatível ao objeto do presente instrumento.

Belém, 24 de fevereiro de 2021.

Ana Priscila Corrêa
Chefe da Divisão de Arquitetura